

LACLAU, MOUFFE E PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS GREVISTAS: ANÁLISE DOS EFEITOS DE (IM)PARCIALIDADE NAS NOTÍCIAS VEICULADAS PELA MÍDIA

LACLAU, MOUFFE AND STRIKERS FEDERAL UNIVERSITY TEACHERS: ANALYSIS OF THE EFFECTS OF (IM)PARTIALITY IN MEDIA REPORTS

Fernanda Roda de Souza Araújo Cassundé¹
Nildo Ferreira Cassundé Junior²

Resumo

Considerando a importância do movimento grevista para a formação de consciência de classes, espera-se encontrar uma pluralidade de vozes presentes na construção dos significados relacionados ao movimento. Assim, recorre-se à Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe (1985) na expectativa de se responder à seguinte pergunta: como a mídia arquitetou o discurso sobre a greve de 2012 dos professores universitário federais durante os quatro meses de paralisação. Assume-se uma abordagem crítica, de corrente pós-estruturalista e matriz pós-marxista, adotando uma estratégia de pesquisa qualitativa. Vinte e uma notícias foram recuperadas no Jornal Folha de São Paulo, hegemônico à época do estudo. Nas reportagens analisadas é perceptível o posicionamento do jornal em não se mostrar indiferente a existência da greve, especialmente considerando as datas das reportagens. No entanto, a evidência que foi conferida ao movimento permite questionar o grau de importância que esta mídia se prestou a dar. Ao trabalhar o discurso nos termos da interação social, este artigo se propôs a analisar o discurso (jornalístico) como sendo constitutivamente dialógico, não necessariamente polifônico, em que os sujeitos envolvidos lutam constantemente pela hegemonia.

Palavras-chave: teoria do discurso, Laclau e Mouffe, professores universitários.

Abstract

Considering the importance of the strike movement for the formation of class consciousness, it is expected to find a plurality of voices present in the construction of meanings related to the movement. Thus, recourse to the Discourse Theory proposed by Laclau and Mouffe (1985) hoping to answer the following question: how the media masterminded the discourse about the strike 2012 federal university teachers during the four month of standstill. It is assumed a critical approach, post-structuralist and post-Marxist current matrix, adopting a qualitative research strategy. Twenty-one news were recovered in the newspaper Folha de São Paulo, hegemonic at the time of the study. Is noticeable in the articles analyzed the position of the newspaper does not show the existence of indifferent strike, especially considering the dates of the reports. However, the evidence that was given to the movement allows us to question the degree of importance that this media is provided to give. When working under the discourse of social interaction, this study aimed to analyze the (journalistic) speech as constitutionally dialogical, not necessarily polyphonic, in which the subjects engaged constantly struggle for hegemony.

Keywords: discourse theory, Laclau and Mouffe, university teachers.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é descortinar como a imprensa brasileira, tomando-se como *corpus* o caso do jornal Folha de São Paulo, abordou a greve dos professores universitários federais, a partir da análise do discurso da cobertura do movimento grevista de 2012. Convém salientar que a reflexão proposta neste artigo se concentra no estudo das vozes presentes no discurso da Folha de São Paulo, jornal hegemônico no país, desde a primeira metade dos anos 80, e que, de acordo com os números auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (2012), possui maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral (296.986 exemplares médios de segunda a domingo em junho de 2012).

Entendendo, portanto, não somente a importância do movimento grevista, como também os efeitos que ele causa, e, considerando ainda que a mídia, representada pelo Jornal Folha de São Paulo, tem poder de influenciar a opinião pública ao enquadrar os fatos ocorridos sobre o movimento, torna-se importante analisar os efeitos de sentido produzidos por tais processos discursivos. A mídia, ao produzir seu próprio discurso faz com que, por seu intermédio, outros discursos nela circulem. Neste sentido, a mídia é capaz não apenas de fazer “circular os repertórios que existem na sociedade, como também os recria, os ressignifica e os enquadra, atualizando os signos do passado, da memória do acontecimento e do esquecimento, através dos quais os sujeitos se reconhecem” (BITTENCOURT, 2005, p.91).

Assim, este estudo procurou investigar como o referido jornal (versão *online*) arquitetou o discurso sobre a greve nas notícias veiculadas durante quatro meses de paralisação (de 15 de maio, quando da deflagração do movimento até 16 de setembro de 2012), ou seja, identificar se havia um discurso hegemônico a partir dos efeitos de sentidos produzidos pelas notícias, denunciando, ou não, a (im)parcialidade do jornal para algum posicionamento (favorável ou desfavorável) em relação ao movimento grevista. Para tanto, foram selecionadas as matérias cujas manchetes noticiavam a greve dos professores universitários federais, totalizando 21 reportagens em 124 dias corridos de paralisação, e a análise foi feita à luz da teoria produzida por Laclau e Mouffe.

Este artigo está organizado em nove seções, incluindo a introdução. Assim, inicia-se com uma breve contextualização de como o discurso jornalístico opera na sociedade e apresenta-se o *locus* do estudo, o jornal Folha de São Paulo. A terceira seção aborda o movimento grevista sob a perspectiva da relação capital x trabalho e suas ressignificações. Tem a pretensão de apresentar ao leitor, ainda que de forma breve, a formação de uma consciência de classe operária. A seção seguinte aborda a evolução dos movimentos sociais

brasileiros considerando o período de 1978 a 1998. Apresenta-se uma linha histórica das greves, sob a perspectiva das leis brasileiras, compreendida entre os anos de 1937 a 2007. A quinta seção traz a contribuição de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) para a compreensão do discurso na dimensão política. A seção intitulada “Greve dos professores universitários federais: o calendário do movimento” apresenta o desenrolar do movimento grevista de 2012 dos professores universitários federais. Importa destacar neste momento que a escolha pela greve de 2012 foi em razão da amplitude de adesão ao movimento pelas instituições federais de ensino superior (58 das 59 universidades federais de todo o país participaram do movimento). A sétima seção explicita o método utilizado no estudo. A oitava seção apresenta as vozes no discurso **do** e **sobre** o movimento grevista dos professores universitários federais a partir da contribuição de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Por fim, são tecidas as considerações finais na seção nove.

2. JORNALISMO: UMA MISCELÂNEA POLIFÔNICA

Para compreensão do discurso, é preciso fazer uma breve contextualização de como o discurso jornalístico opera na sociedade.

Uma das características que tem marcado a imprensa brasileira, segundo Grillo (2005), é tanto o direcionamento das notícias em função da linha ideológica do jornal quanto pela diversidade de perspectivas nela representadas. Considerando que as duas abordagens são mutuamente excludentes, torna-se posição privilegiada observar como o ponto de vista do jornal organiza as vozes em conflito dos envolvidos.

Neste sentido, o jornalismo pode ser entendido como sendo um espaço de circulação e produção de sentidos, que pode ser compreendido como um discurso dialógico, polifônico, opaco, com efeito e produtor de sentidos, amparado pela credibilidade de jornalistas e fontes (MACHADO, 2006). Assim,

o jornalismo cuja matéria-prima são as notícias, está repleto de vozes sociais, dissonantes ou confluentes. Seu discurso nutre-se de várias fontes, o que termina por classificá-lo como polifônico. Entretanto, isso não quer dizer que ele busque a polissemia. Muitas vezes, a notícia tende a fazer eco a apenas uma significação (FILIPPI; SHUSTER, 2011, p.106).

A expressão polifonia faz referência às várias vozes de um discurso, e, no jornalismo, altos índices de polifonia ressaltam a ideia de inexistência de um discurso puro (PELINSON, 2012). Machado (2006, p.6) reforça este ponto de vista ao afirmar que “o discurso é constitutivamente dialógico, mas não necessariamente polifônico”, apenas idealmente, já que

por eles circulam diversas vozes, tais como: todas as fontes, o jornalista-indivíduo, o jornalista-instituição. Sendo, o jornalismo, por definição, um campo de interação.

Para compreender esta afirmação de Machado (2006), é necessário observar as dissimilaridades entre dialogia e polifonia.

A Teoria da polifonia, elaborada por Oswald Ducrot inicialmente nos anos 60, pressupõe a multiplicidade de vozes de diferentes locutores e enunciadores (FELIPPI; SCHUSTER, 2011). Já o dialogismo, proposto por Bakhtin (1979, 1981), pode ser entendido em dois planos: (i) referindo-se ao permanente diálogo, que nem sempre é simétrico e harmonioso, entre os diferentes discursos que representam uma comunidade, cultura ou sociedade; (ii) referindo-se às relações que são estabelecidas entre o eu e o outro nos processos discursivos estabelecidos pelos sujeitos (BRAIT, 1997). Assim, distingue-se dialogismo de polifonia ao reservar o termo dialogismo

para o princípio dialógico constitutivo da linguagem e de todo discurso e empregando a palavra polifonia para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que o dialogismo se deixa ver, aquele em que são percebidas muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos que escondem os diálogos que os constituem (BARROS, 1997, p.35)

Desse modo, para Felippi e Schuster (2011), o discurso jornalístico insiste em subestimar a capacidade crítica dos leitores e, sob um suposto domínio discursivo, acomoda-se em um mosaico polifônico, no qual várias vozes insistem em falar. Tais vozes, contudo, na maioria das vezes, não estão amparadas em posições enunciativas díspares.

Neste sentido, Bourdieu (1997) entende que o jornalismo cumpre uma competência lingüística, que se estabelece principalmente pela capacidade de performance e pela autoridade do jornalista, que é dada também através de um poder simbólico. “O discurso jornalístico se coloca então como autoridade e detentora de poder simbólico, pois, detêm o poder de produzir pontos de vista sob o mundo” (GIORDANI, 2009, p.84). Essa influência parece ser essencial na construção do mundo social, quer seja pelas classificações, pelas designações que emite, que seja pelo ordenamento a que obedece e faz, portanto, obedecer.

2.1 Folha de São Paulo: história de uma imprensa nacional

O jornal Folha de São Paulo, por toda a sua história e origem, tornou-se um veículo de comunicação hegemônico no país de acordo com os números auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (2012), possuindo maior tiragem e circulação entre os diários

nacionais de interesse geral (296.986 exemplares médios de segunda a domingo em junho/12). Compreender um pouco sua trajetória é importante para entender como ele se consolidou como o jornal mais lido no país.

De acordo com informações obtidas no sítio do jornal (FOLHA ONLINE, 2012), sua história pode ser assim traçada:

- 1921: é fundado, em 19 de fevereiro, o jornal Folha da Noite que noticiava com prioridade as deficiências dos serviços públicos. Lançou campanhas pelo voto secreto e apoiou o tenentismo e o Partido Democrático;
- 1931: em janeiro, o jornal é vendido para Octaviano Alves Lima, cafeicultor, que prioriza a defesa dos interesses da lavoura, defende o liberalismo e se opõe ao Estado Novo. Lança campanhas pela saúde pública. A tiragem diária dos dois jornais sobe de 15 mil para 80 mil exemplares;
- 1945: em março, o controle acionário passa para as mãos de José Nabantino Ramos. É adotada a imparcialidade como política redacional. Os jornais, feitos para a classe média, defendem o ensino público e a cédula única;
- 1960: em 1º de janeiro, os três títulos da empresa (Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde) se fundem e surge o jornal **Folha de São Paulo**;
- 1976: a Folha de São Paulo desempenha um papel decisivo no processo de redemocratização do Brasil, quando abre suas páginas ao debate de idéias que fervilhavam na sociedade civil;
- Em 22 de junho, começa a circular Tendências/Debates, que abriga textos de intelectuais e políticos perseguidos pelo regime militar;
- Primeira metade da década de 80: A Folha de São Paulo assume a liderança na imprensa diária brasileira como o jornal de maior circulação do país;
- 1981: em junho, o documento de circulação interna (A Folha e alguns passos que é preciso dar) surge como a primeira sistematização de um projeto editorial. O texto fixa três metas: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos;
- 1984: em junho, surge outro documento, também de circulação interna (A Folha de São Paulo depois da campanha diretas-já) devido ao destaque do jornal na campanha em relação aos outros veículos de comunicação. O modelo proposto é o de um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. A Folha de São Paulo implanta o

Manual da Redação. Pela primeira vez, um manual de jornalismo condensa uma concepção de jornal, da política editorial às fases de produção;

- 1991: a Folha de São Paulo é o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, que renuncia no ano seguinte;
- 1992: em janeiro, a Folha de São Paulo se consolida como o jornal com a maior circulação paga aos domingos (média de 522.215 exemplares);
- 1997: em outubro, a Folha de São Paulo obtém o certificado de qualidade ISO 9002, do BVQI (*Bureau Veritas Quality International*), órgão internacional escolhido para ser o certificador.

3. GREVE: RELAÇÃO CAPITAL X TRABALHO E RESSIGNIFICAÇÕES

As palavras são vivas: nascem, crescem, algumas morrem e outras mudam de sentido. A palavra greve tem uma etimologia interessante, segundo Oliveira (2008). Antes de significar a paralisação dos funcionários, significava apenas um tipo de arbusto que existia às margens do Rio Sena, em Paris. Um terreno próximo a esta margem tornou-se, à época medieval, ponto de encontro dos trabalhadores desempregados que ali permaneciam em busca de alguma ocupação, de tal modo que quando havia necessidade de algum trabalhador, os parisienses se dirigiam a esta praça em busca de mão-de-obra. Esta praça ficou conhecida como *Place de Grève*. Sendo a partir daí que se deu o surgimento de “expressões como ‘ir a greve’ (*aller en grève*), ‘estar em greve’ (*être en grève*) e outros correlatos, para designar o trabalhador que, sem trabalho, lá ficava de braços cruzados sem ter o que fazer” (OLIVEIRA, 2008, p.1).

A greve evidencia a sociedade dividida em classes e a luta entre elas, ressaltam Mareco e Passetti (2010). Além disso, não deixa de ser um fator que contribui para a consolidação identitária. Neste sentido, Bourdieu (2003, p.271) entende a greve como sendo um “instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos por intermédio da manifestação, da afirmação da coesão do grupo, da ruptura colectiva com a ordem comum que ela produz”. Ainda segundo este mesmo autor, no caso dos trabalhadores, o movimento grevista seria o principal instrumento de luta já que uma das únicas armas das quais eles dispõem é a paralisação do trabalho (BOURDIEU, 2003).

Para Alves (2000, p.115), o mais importante sobre as greves é perceber não somente “seus dados quantitativos, como é comum ocorrer nas análises sociológicas, mas sim a alteração nas formas de ser das greves (o que refletiria, de certo modo, a mutação das estratégias sindicais no país)”. Assim, de acordo com Antunes (1991), as greves passaram a

assumir diversas modalidades, quais sejam: greves por empresa, greves gerais por categoria, greve geral, greves com ocupação de fábricas. Neste sentido, é importante referir-se ao aumento das greves por empresa em oposição às greves gerais por categoria, já que a partir de “1980, aumentou o número de paralisações por empresas, chegando a representar 75,5% do total das greves desencadeadas em 1984 e 60,8% em 1985” (ANTUNES, 1991, p. 17). Quase todos os movimentos são limitados a setores específicos, sem atingir toda a fábrica, salienta Frederico (1990), o que demonstra a desunião do movimento operário, salienta Frederico (1990).

A maioria das manifestações querem uma melhoria salarial. Este é o problema mais sentido. Em quase todas – não se luta por condições de trabalho (insalubridade, proteção no trabalho, etc.), principalmente devido ao desconhecimento dos seus direitos reconhecidos nas leis trabalhistas, e porque a questão dos salários, da sobrevivência é de longe muito mais sentida que as outras (FREDERICO, 1990, p.115).

São três as formas de luta mais usadas pelos trabalhadores, segundo Frederico (1990, p.117), quais sejam: “a recusa de fazer horas extras, as paralisações temporárias e a redução da produção”. Sobre cada uma delas é possível tecer os seguintes comentários:

- a) a recusa de fazer horas extras: os trabalhadores ao recusarem fazer horas extras e colocar como condição para voltar a fazê-las que seja concedida uma antecipação do dissídio, evita-se travar diretamente uma luta considerada ilegal, pois a recusa de fazer horas extras é uma atitude em consonância com as leis. E como existe uma grande necessidade por parte das empresas de horas extras, faz dessa forma de luta um instrumento de pressão bastante eficaz;
- b) as paralisações temporárias: esse forma de paralisação funciona como uma maneira de chamar atenção dos empregadores, como também, e ao mesmo tempo, de fazer uma ameaça;
- c) a redução da produção: conhecida como “operação-tartaruga”, foi sempre muito utilizada em diversos movimentos, porque requer pouco grau de organização e consegue unir mais facilmente os trabalhadores mais atrasados. É considerada extremamente eficaz, pois, a redução da produção durante uma semana pode significar para o empregador a perda de produção de um dia de trabalho.

4. A GÊNESE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS

É preciso retomar um pouco a História (política) do Brasil para poder compreender nuances dos movimentos grevistas atuais.

A análise histórica considera o período de 1978 a 1998, já que desses vinte anos, dez foram considerados, de acordo com Alves (2000) como a década perdida, da luta social e política de resistência à truculência do bonapartismo militar e de construção das liberdades políticas e os outros dez anos de farsa democrática, do estertor da “Nova República” e da nova prepotência liberal, do consenso imposto pelas elites financeiras indiferente às necessidades sociais.

Nesse período, o Brasil passou pela

ascensão (e crise) do sindicalismo como movimento social e político no país. A trajetória do sindicalismo, nesse período, insere-se em um processo histórico que se caracteriza pela crise do bonapartismo militar e pela passagem (e consolidação) da nova república liberal. Ela se insere num cenário de crise do padrão de industrialização substitutiva, que estruturou, nos últimos 30 anos, o processo de acumulação capitalista no Brasil moderno, e que dá lugar, a partir de 1990, a uma inserção dependente da economia brasileira ao capitalismo mundial (ALVES, 2000, p.111).

Um novo sindicalismo, que iria ser decisivo na recondução do Brasil à democracia, surgiu quando a classe operária do principal complexo industrial do país, o ABC paulista, insurge-se contra o arrocho salarial, em 1978, a partir da publicação pelo Banco Mundial da taxa de inflação no ano anterior, salienta Alves (2000). Assim, em maio de 1978, de acordo com SMABC (2012b), começa a história do novo sindicalismo no Brasil, quando os trabalhadores da Scania, uma montadora de veículos em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, realizam uma greve por reajuste salarial. O movimento desafia a Lei de Greve (Lei 4.330/64), imposta pelo regime militar. Embora tenha sido um gesto corajoso dos trabalhadores, o regime da época responde com dureza a ousadia dos metalúrgicos. Foi um movimento que “irrompeu no desespero em que se encontrava o operariado paulistano, sujeito a salários de fome, a um trabalho exaustivo”, acrescenta Dias (1962, p.224). O contexto histórico do movimento deu a este episódio uma força simbólica que uma greve, em si mesma, não costuma ter (FREDERICO, 1987).

No ano seguinte, em 1979, o governo intervém no sindicato pela segunda vez depois do golpe de 1964, e a ditadura promove a repressão em cima dos metalúrgicos, que lutavam, justamente, por democracia (ALVES, 2000). É somente em 1980, aponta Gerber (2009), que o sindicato volta para as mãos dos trabalhadores, que reiniciam a luta, mesmo com a intervenção novamente do governo. Lula, principal líder dos metalúrgicos e vários diretores

do sindicato são presos (GERBER, 2009). Os confrontos de trabalhadores e policiais transformam São Bernardo em campo de batalha. Cresce o movimento por anistia ampla geral e irrestrita no País. Fruto da luta dos metalúrgicos do ABC, nasce o PT, Partido dos Trabalhadores, que marcaria de forma definitiva o cenário político do País, defendendo as questões sociais do trabalhador (ALVES, 2000).

Em 1983, os metalúrgicos realizam greves por reposição salarial e contra as medidas do governo. O sindicato sofre sua quarta intervenção e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) é fundada em 28 de agosto, destaca Alves (2000). Considerada como um marco histórico do sindicalismo brasileiro nos anos 80, a CUT é considerada hoje “a mais poderosa em número de entidades a ela filiadas e em capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores” (RODRIGUES, 1990, p.39). O ano de 1989 é marcado por greves, que atingem 2,5 milhões de trabalhadores em todo o país (TRIBUNA METALÚRGICA, 1989). O Brasil vai ao segundo turno. Com o apoio, segundo Freitas (1999), do maior e mais poderoso veículo de comunicação do País, Collor é vendido como um produto, o Caçador de Marajás. Lula, candidato do PT, sem contar com o apoio da mídia e de grande parte da elite, tem sua campanha bancada pela militância do partido (FREITAS, 1999). Apresenta um projeto político e econômico para os problemas brasileiros com a perspectiva do trabalhador, tendo como prioridade as questões sociais. Collor vence no segundo turno, com a promessa de acabar com a inflação e a corrupção no País. Dois anos mais tarde, em 1991, o sindicato acaba com o imposto sindical, instituído por Getúlio Vargas como forma de manter o sindicato atrelado com o governo. A inflação acumulada de março de 90 a março de 91 era de 931,45%, segundo cálculos do Dieese (SMABC, 2012a). Em outubro, o sindicato propõe o contrato coletivo de trabalho, que prevê liberdade e autonomia sindical em substituição à CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) da época de Getúlio Vargas. Em dezembro, o Sindicato realiza uma vigília contra a recessão para discutir soluções para a crise econômica, com a presença do governador do Estado, da prefeita de São Paulo, do presidente da Fiesp, de líderes religiosos, de artistas e de milhares de trabalhadores (SMABC, 2012a).

A linha histórica das greves, em termos de Lei, no Brasil, segundo Miranda (2010, p.1), pode ser traçada de acordo com a seguinte cronologia:

1937: a Constituição deste ano considera a greve recurso antissocial, nocivo ao trabalho e ao capital, e incompatível com os superiores interesses da produção nacional;

1938: o Decreto-lei 431/38 tipifica a greve como crime quando incitar funcionários públicos à paralisação coletiva dos serviços;

1939: o Decreto-lei 1.237/39, que institui a Justiça do Trabalho, prevê punições em caso de greve, desde a suspensão e a despedida por justa causa até a pena de detenção;

1940: o Código Penal (Decreto-lei 2.848/40) considera crime a paralisação do trabalho na hipótese de perturbação da ordem pública ou caso o movimento seja contrário aos interesses públicos;

1943: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-lei 5.452/43) estabelece penas para trabalhadores sindicalistas em greve;

1946: sob pressão internacional, o Decreto-lei 9.070/46 é assinado e a greve não é mais considerada um delito, e sim um direito protegido pela ordem jurídica;

1963: greve dos setecentos mil – 14 categorias, com datas-base diferentes, forçam uma negociação coletiva em desafio à CLT, que obrigava negociação de forma isolada e corporativa;

1964: entra em vigor a Lei de Greve (4.330/64), que acaba com a ilegalidade da greve, mas aumenta a capacidade de intervenção estatal nos sindicatos;

1967: a Constituição deste ano assegura o direito de greve aos trabalhadores do setor privado, proibindo-a, contudo, para os que trabalham no serviço público e nas atividades consideradas essenciais;

1968: tentativas de greve, como em Contagem (MG) e Osasco (SP) são violentamente reprimidas pelo regime militar;

1978: passado o auge da repressão, são realizadas 118 greves em apenas um ano. De 1978 a 1988 elas somaram 2.188;

1980: em 1º de Maio, com apoio da sociedade, ocorre a mais longa greve geral dos metalúrgicos. Liderada pelo sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, a chamada Greve do ABC deu espaço para redemocratização e mudou os rumos do sindicalismo no país;

1988: a nova Constituição garante o direito de greve para trabalhadores de iniciativas privada e pública. Em novembro, o Exército invade a Companhia Siderúrgica Nacional, matando três grevistas. O incidente provoca repercussão nacional e crise política;

1989: publicada a Lei 7.783/89, que regulamenta o direito de greve para iniciativa privada;

2007: o Supremo Tribunal Federal decide aplicar aos servidores públicos a lei de greve do setor privado (Lei 7.783/89).

É importante salientar apenas que “a lei veio dar valor legal a uma situação de fato, a uma situação que já existia, que vigilantemente os Sindicatos observavam e acompanhavam para que tais conquistas não fossem violadas” (DIAS, 1962, p.217).

5. SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DE LACLAU E MOUFFE PARA COMPREENSÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA

A abordagem de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe ressalta, de acordo com Lacerda (2006), os discursos, propondo uma Teoria do Discurso capaz de analisar novos movimentos sociais, a construção política das identidades sociais, as formas da luta por hegemonia, as diferentes lógicas da ação coletiva, a formulação e implementação das políticas públicas e o fazer e refazer das instituições políticas.

Assim, a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe articula uma série de noções e de conceitos advindos de várias áreas do conhecimento e é a partir deles que os autores constroem, segundo Mendonça (2009, p.154), “um aparato teórico original, inserido numa matriz contemporânea, pós-estruturalista, que contempla a contingência, a precariedade, a

indeterminação e o paradoxo como dimensões ontológicas do social”. Portanto, esta teoria tem a potencialidade de ser uma ferramenta de compreensão do social, a partir da lógica do discurso, já que seu próprio entendimento se dá, sob este ponto de vista, a partir da construção de ordens discursivas, sendo central a questão do poder e constituidora de relações sociais (MENDONÇA, 2009).

O conceito de discurso em Laclau e Mouffe (1985) captura a idéia de que todos os objetos e ações têm significados e que estes significados são relativos a um sistema particular de significantes diferentes. Howarth (2000) complementa ao afirmar que se utiliza discurso ou discursos para fazer referência a sistemas de práticas significativas que formam as identidades de sujeitos e objetos, abrangendo todas as relações e práticas sociais. Assim, discursos são sistemas concretos de práticas e relações sociais que são intrinsecamente políticas, que envolve a construção de antagonismos e o delineamento de fronteiras políticas, sendo o seu sentido conferido historicamente por sistemas de regras específicos.

Neste sentido, é possível fazer alusão ao discurso enquanto um sistema que é constituído de maneira aberta e contingente, já que está inserido em uma arena de lutas e de relações de poder em contínua mudança identitária, de maneira que os significados nunca conseguirão ser estabelecidos definitivamente. Essa é a proposta feita por Laclau e Mouffe (1985) ao afirmarem que o discurso deve ser compreendido como a totalidade estruturada decorrente da prática articulatória. Ou seja, a proposta “dos autores é compreender todas as relações sociais a partir da lógica do discurso e, por isso, a categoria discurso está longe de ser subsumida a um conjunto de textos” (GOMES, 2011, p.658).

O conceito de discurso de Laclau e Mouffe faz referência, também, a ideia de articulação. A prática articulatória é definida por eles como sendo toda prática que estabelece uma relação entre elementos de modo que as identidades dos mesmos são modificadas como resultado dessa prática (LACLAU; MOUFFE, 1985). Pela perspectiva pós-estruturalista dos autores, o fato de que

os significados só podem ser parcialmente fixados possibilita que, em virtude da fluidez de demandas por parte de diferentes grupos sociais no desenvolvimento histórico e em espaços distintos, haja deslocamentos de significados e negociações de sentidos. Tais deslocamentos e negociações objetivam a formação de cadeias de equivalência entre grupos que, a despeito de terem demandas diferentes, precisam constituir provisoriamente uma formação hegemônica para fazer frente aos elementos de um exterior diante do qual tais grupos partilham uma relação antagonica (MAIA, 2011).

Laclau e Mouffe (1985) lembram que antagonismo é uma espécie de vetor resultante de um “fracasso mútuo na constituição das identidades tanto das forças antagonizantes como das

forças que são antagonizadas” (MAIA, 2011, p.2). Assim, esta relação onde o antagonismo se faz presente conduz ao movimento de articulação de forças, estas aqui entendidas como sociais, com vista a estabelecer formações hegemônicas que se organizam a partir de pólos, ambiente este em que se debatem identidades antagônicas e diferencialmente construídas. O balizamento dos limites entre as forças é determinado pela fixação temporária de significados que define um campo de exclusão para as identidades sociais qualificadas de ameaçadoras a determinada ordem social. Importante salientar que diante deste cenário a aparência do tecido social passa por um processo contínuo de dissolução e reconstituição decorrente dos processos de deslocamento e [re]articulações de significados e das ações (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Para os autores, conforme aponta Giordani (2009), o movimento de significação pressupõe três noções fundamentais: a) elemento; b) momento; c) prática articulatória. Laclau e Mouffe (1985), entendem que articulação seja qualquer prática que estabeleça a relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, será chamada de discurso. As posições diferenciais na medida em que elas aparecem articuladas dentro do discurso, nós chamaremos de momentos. Por contraste, qualquer diferença que não seja discursivamente articulada poderá ser entendida como elementos. Jardim Pinto (1999) chama atenção para o fato de que a prática articulatória não deve ser considerada um instrumento de chegada à realidade, mas é a própria prática de constituição das relações sociais, isto é, da realidade, onde valores e sentidos são negociados, são hegemônicos. Assim, a prática da articulação, por conseguinte, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam significados, e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, um resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo o discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 1985).

Jardim Pinto (1999) explica que na idéia de Laclau e Mouffe, o campo das identidades sociais (enquanto o da sociedade), é o campo da sobredeterminação. Os autores partem da premissa de que não há fixação absoluta de sentido, e, conseqüentemente, todo discurso é então uma tentativa de dominar o campo da discursividade, de construir um centro, dizer a verdade do social, complementa Giordani (2009). Assim, os pontos discursivos privilegiados, centrais dessa fixação parcial, constituem-se nos pontos nodais, que são alvos e resultados das lutas hegemônicas travadas numa dada formação social, discursiva.

A hegemonia, de acordo com Torfing (1999) pode ser definida como a primazia de uma

formação discursiva. Desse modo, o conceito de hegemonia não faz referência a disposições distintas dos sujeitos (coletivos ou não) mas, sobretudo, à elaboração do predomínio de determinadas formações discursivas (TORFING, 1999). As formações discursivas são, portanto, resultados do vínculo de vários discursos que derivam em um determinado significado (TORRES, 2005). Neste sentido, tem-se o discurso como decorrência desse processo, “da construção da hegemonia e ao mesmo tempo das formações discursivas que se desprendem da mesma em determinados contextos. Nesse processo temos novas significações, novas relações e novas perspectivas constituindo as posições de sujeitos”, ou seja, novas identidades (TORRES, 2005, p.42)

A noção de significante vazio, em Laclau e Mouffe (1985), é essencial para permitir a compreensão de como são estabelecidas as relações hegemônicas e antagônicas. Howarth (2000) define significante vazio como sendo a forma através da qual um significante particular (“povo”, “nação”, “revolução”) é esvaziado de seu significado particular e passa a representar a “totalidade ausente” de uma ordem simbólica. Assim, em termos sociais, o significante vazio passa a desempenhar a função de representar uma comunidade inteira ou uma ordem social (HOWARTH, 2004).

Nesse ponto é preciso discorrer a respeito a contribuição teórica desenvolvida por Laclau e Mouffe (1985) sobre as lógicas da construção do discurso: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. Enquanto a lógica da diferença faz referência à complexidade do social, a lógica da equivalência diz respeito a sua simplificação, apesar de ambas serem constitutivas de um mesmo processo. Assim, segundo os autores, dois termos para serem equivalentes necessitam ser diferentes, pois de outro modo seriam meramente idênticos. A lógica da equivalência se sustenta a partir da diferença e procura a anulação do sentido, mas se a equivalência se mantém, é porque esta anulação nunca se completa (GIORDANI, 2009). Para encadear um elemento fundamental na lógica de equivalência parte-se do exemplo de que se A e B são equivalentes, existe obrigatoriamente um terceiro termo que não em A e nem B e que permite identificar a equivalência. Este termo é, segundo Jardim Pinto (1999), exatamente o que impede a objetividade do termo antagônico.

A despeito do uso da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe no campo da Administração, nota-se que a mesma tem sido pouco utilizada. Em pesquisa recente à base de dados SPELL, que é, atualmente, talvez o principal sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita da produção científica na área de Administração, Contabilidade e Turismo no país, com aproximadamente 31 mil artigos para consulta, e acervo eletrônico completo e textos desde a década de 60, foram recuperados os artigos de Coelho e Dellagnelo

(2013); Fernandes et al (2014); Barcelos e Dellagnelo (2014) e Gaião, Leão e Mello (2014), totalizando, portanto, tão apenas quatro textos cuja análise parte dos pressupostos de Laclau e Mouffe. Nesse sentido, ressalta-se a importância, dada a lacuna de produção científica existente na área, de trabalhos cuja análise aborde a Teoria do Discurso na perspectiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

6. GREVE DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS: O CALENDÁRIO DO MOVIMENTO

Em 31 de março de 2012 acabou o prazo do Governo para cumprir o acordo feito no ano anterior: o de apresentar uma proposta de reestruturação de carreira para os professores universitários federais e o aumento emergencial de 4%. Em 17 de maio, os professores das universidades federais deflagraram a greve. Uma mobilização que abrange uma pauta de reivindicações na busca de uma educação superior de qualidade, minimizando as distorções e cobrando melhorias na infraestrutura como, por exemplo, nos laboratórios e na assistência estudantil, além da reestruturação da carreira docente (ANDES-SN, 2012). De uma maneira geral, a principal reivindicação dos professores universitários federais parados é o estabelecimento de carreira única para todos os docentes, com 13 níveis salariais (uma redução de 17 para 13 níveis de carreira, permitindo que o docente alcance de modo mais rápido o nível mais alto da profissão), promoções a cada dois anos, bem como melhores condições de trabalho. O movimento teve adesão de 58 das 59 universidades federais de todo o país. A única exceção é a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), aponta Mattos (2013).

O governo federal, nesses três meses de paralisação, cancelou duas vezes a reunião de negociação (em 28 de maio e 19 de junho) e apresentou duas propostas: a primeira no dia 13 de julho (sem ter feito nenhuma reunião para negociação efetiva) e outra no dia 24 do mesmo mês (a proposta apresentada é igual a anterior, apenas acrescentando ao salário dos mestres R\$ 80,00 e, para os doutores não deu nada a mais), destaca Moreno (2012). Essa última proposta foi acatada tão-somente pela Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais (Proifef), que representava exclusivamente sete universidades, em 1º de agosto. Após o acordo assinado entre o governo e o Proifef, apenas a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) retomaram suas atividades. O governo, por sua vez, diz que negociação acabou, embora a proposta não tenha contemplado os principais pontos que motivaram a paralisação das atividades (MORENO, 2012). Assim, continuou-se com uma paralisação parcial (apenas os projetos de pesquisa e

extensão e as aulas nos cursos de pós-graduação não foram afetados pelo movimento), e a greve foi mantida até segunda ordem do Governo ou do Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ao qual a maioria das instituições federais de ensino superior estão filiadas (MATTOS, 2013).

Em 16 de setembro, o Andes comunica a suspensão da greve para todas as universidades filiadas. Na semana seguinte, foram feitas assembleias e os professores universitários federais decidiram voltar às salas de aula, conforme indica Andes-SN (2012). Paulatinamente, todas as universidades retomam suas atividades e o pleno funcionamento aconteceu até o início do mês de outubro.

7. MÉTODO

No sentido de manter coerência metodológica com a abordagem teórica escolhida para este estudo, assume-se uma postura crítica, de corrente pós-estruturalista e matriz pós-marxista, cuja estratégia de pesquisa é a qualitativa, segundo os preceitos de Firat e Tadajewski (2010).

O *corpus* de pesquisa foi construído a partir das matérias sobre a greve de 2012 dos professores universitários federais publicadas no jornal Folha de São Paulo (versão *online*). Neste momento é importante justificar duas escolhas dos pesquisadores, quais sejam:

- 1) O movimento grevista dos professores universitários federais de 2012 justifica sua importância em função de sua amplitude, pois, foram quatro meses de suspensão das aulas, com 58 das 59 Universidades Federais envolvidas, à época, cerca de 100 mil professores, entre ativos e aposentados, e um milhão de estudantes envolvidos na paralisação. “Esses números a configuraram como a greve de maiores dimensões da história da categoria¹” destaca Mattos (2013, p.136); e,
- 2) O jornal Folha de São Paulo, é hegemônico no país desde a primeira metade dos anos 80, e, de acordo com os números auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (2012), possuía, à época, maior tiragem e circulação entre os diários nacionais de interesse geral (296.986 exemplares médios de segunda a domingo em junho de 2012).

A construção do *corpus*, por meio de pesquisa documental, ocorreu no período de novembro de 2012. Foram selecionadas as matérias cujas manchetes noticiavam a greve dos professores universitários federais no sentido de possibilitar acesso às fontes discursivas

¹ A greve dos professores universitários de 2015, embora tenha durado mais dias (139, ao total), mobilizou 40 universidades federais (ANDES-SN, 2015), portanto, de menor alcance.

objeto de análise deste estudo. Foram recuperadas, portanto, 21 reportagens em 124 dias corridos de paralisação.

Com relação à análise de dados, os pesquisadores compreendem que “o discurso não pode ser analisado no vácuo contextual” (GODOI, 2006, p. 377), mas, deve permitir, segundo os próprios autores, a reconstrução de seus sentidos a partir de sua própria enunciação. Nesse sentido, com o propósito de identificar se havia um discurso hegemônico a partir dos efeitos de sentidos produzidos pelas notícias, denunciando, ou não, a (im)parcialidade do jornal para algum posicionamento (favorável ou desfavorável) em relação ao movimento grevista, recorreu-se a uma análise de discurso cuja vertente francesa permite articulação com a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

Importa explicar que a análise do discurso na vertente francesa

mantém uma relação privilegiada com a história, com os textos de arquivo que emanam de instâncias institucionais. Considera que os sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia que predetermina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais (MUSSALIM, 2001, p.113).

Na seção a seguir apresentam-se as análises das vozes no discurso DO e SOBRE o movimento grevista de 2012 dos professores universitários federais.

8. GREVE DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: AS VOZES NO DISCURSO DO E SOBRE O MOVIMENTO

Esta seção tem como objetivo compreender como as categorias apresentadas na contribuição de Laclau e Mouffe para o entendimento da dimensão política podem ser utilizadas para lançar um olhar desvelador das vozes do discurso que configuraram o movimento grevista dos professores universitários federais na mídia jornalística.

Inicialmente foi feito um trabalho de leitura e releitura do material publicado sobre a greve dos professores universitários federais de todo o país no jornal Folha de São Paulo, durante o período de 15 de maio a 16 de setembro de 2012, ou seja, durante todo o período de paralisação das atividades de ensino, já que o movimento foi apenas suspenso e não finalizado.

Definidos os pontos centrais em Laclau e Mouffe (1985) sobre a Teoria do Discurso, é possível identificar na análise um sujeito que resiste e interage nos processos que acontecem nas relações sociais, sendo capaz de, a partir desta dinâmica, romper e articular novas experiências, novas formas de ver e entender o mundo. É, portanto, um processo de hegemonia que é feito, desfeito e refeito constantemente.

A partir da reflexão feita com base nas reportagens, observou-se dois pontos de resistência e luta hegemônica. Estão envolvidos, de um lado, o Governo e seu representante principal nas reuniões com o Andes, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, sucessor de Fernando Haddad. À época, o ex-ministro da Educação estava como pré-candidato a prefeitura de São Paulo (o maior centro urbano do país), e dividido entre a necessidade de apoiar o discurso do Governo e o risco de ofuscar sua imagem política em um ano eleitoral.

E, do outro, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), instituição sindical que representa 93% dos professores universitários federais e que, considerando o momento político eleitoral e a consciência da força desta classe não apenas enquanto eleitores, mas principalmente como massa crítica, reivindica melhores condições de trabalho e reestruturação da carreira docente.

O discurso do jornal constitui uma formação discursiva midiática que, segundo Pêcheux² (1995, p.160), “é aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Portanto, a formação discursiva do jornal, ao noticiar o movimento grevista dos professores universitários federais, pode mostrar-se propensa a posicionamentos favoráveis ou contrários a greve. Van Dijk (1996) ressalta que a hipótese da neutralidade das notícias é questionada pela narração enviesada sobre as greves pela mídia, tal narração é, normalmente, em prol daqueles que estão no poder. “Contudo, cabe lembrar que o discurso da mídia faz circular os sentidos que interessam às instâncias hegemônicas correspondentes a cada época” (BITTENCOURT, 2005, p.91).

Portanto, o discurso do jornal sobre a greve se apresentou como mecanismo articulador no sentido de que os sujeitos engajados em causas sociais põem em questão a negociação de valores nas relações sociais, na medida em que noticia que “o cenário é de uma ‘greve remunerada’, o que é visto como inaceitável” (CRUZ; FOREQUE, 2012, p.1). Tal discurso, compreendido como a totalidade das práticas articulatórias, parece seguir em consonância com o discurso das outras grandes mídias. São práticas articulatórias que procuraram fixar sentidos ao redor do objetivo (a greve dos professores universitários federais), sendo parte de um discurso em uma cadeia de significação. Sobre as cadeias de significação, Jardim Pinto (1999, p.3) salienta que “há uma diferença fundamental entre afirmar que nada tem sentido a não ser dentro de uma cadeia de significados, isto é, a não ser no interior de um discurso e, a afirmação distinta, de negar a existência do objeto fora do discurso”.

² A orientação política do trabalho Pêcheux é em muitos aspectos semelhante à obra de Ernesto Laclau (Laclau, 1981, Laclau e Mouffe, 1985), que também tenta teorizar “o social” à luz da perda irremediável das certezas do passado (HELSLOOT; HAK, 2007).

A comparação dos dois discursos (Folha de São Paulo, representando a mídia nacional, e o Andes, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) parece estabelecer relações de antagonismo sobre o mesmo objeto. Por um lado, no jornal, tem-se a construção do significado do movimento a contar de uma aproximação do ponto de vista do governo, ou seja, a partir da tentativa de colocar a opinião pública contra os professores universitários federais, ao anunciar suas verdades e atribuir ao movimento uma imagem de transgressão à lei e à ordem estabelecida. A Folha de São Paulo, por exemplo, agendou as falas do secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Amaro Lins, ao noticiar, que “não existe nenhuma razão [...] que justifique a continuidade desse movimento. Qual é a motivação que o sindicato tem? Eu só consigo perceber querer algum confronto” (FOREQUE, 2012, p.1) e ao ressaltar em várias reportagens distintas o impacto do reajuste de R\$4,18 bilhões em três anos nos cofres públicos.

Por outro lado, tem-se o Andes, com pouco espaço nesta mídia (referenciado em 9 das 21 reportagens publicadas)³, procurando proteger e legitimar o movimento ao promover a articulação de outros sentidos em torno daquilo que retira a “negatividade” da ação do movimento. O seguinte recorte apresentado na Folha de São Paulo ilustra a fala de Luiz Henrique Schuch, do comando nacional de greve do Andes: “o governo tem virado as costas a questões estruturais da educação” (FOREQUE, 2012, p.1). Deriva daí (Governo x Andes) um campo discursivo de significados antagônicos àquele da identidade que se procura estabelecer para as reivindicações docentes.

A relação, entre o discurso do jornal Folha de São Paulo, por exemplo, e do Andes, evidencia que não há espaço de articulação de sentidos em torno de uma identidade de classe (professores das universidades federais) que luta pela reestruturação da carreira e melhoria nas condições de trabalho. Tal identidade foi caricaturada pela mídia, desenhando os professores universitários federais como profissionais irresponsáveis, não legitimando o movimento e promovendo a opinião do Governo sobre a greve remunerada nas universidades federais (uma greve na qual os grevistas são pagos para não trabalhar). Assim, pode-se dizer que a Folha de São Paulo não articulou sentidos próximos ao discurso do Andes, de modo que não é possível aproximar o jornal do movimento porque não existe uma identidade de discurso. A falta de relação entre os dois discursos é expressa de tal maneira que não se pode evidenciar o espaço de articulação dos sentidos em torno da identidade de um grupo que luta

³ Isto significa que não necessariamente sua fala foi registrada, ou seja, podendo o sindicato ter sido apenas referenciado. O jornal chegou a publicar em primeiro de setembro uma reportagem em que dos quatorze parágrafos, apenas uma linha fazia referência ao Andes.

por melhores salários e condições de trabalho.

Ao longo das reportagens foi possível evidenciar o discurso do jornal sobre o movimento. Neste sentido, o jornal tentou estabelecer, a partir de sua compreensão do objeto, e de sua dinâmica, um processo de hegemonia, tal qual àquele estabelecido pela mídia, distanciando-se da essência das reivindicações. A Folha de São Paulo coloca, por exemplo, que “a continuidade da greve dos professores das universidades federais tem como único objetivo a necessidade de marcar posição contra o governo” (FOREQUE, 2012, p.1). Este trecho permite evidenciar, portanto, quais foram os sentidos articulados que se pretenderam fixar: outros valores ao movimento grevista que não aqueles expostos pelo comando nacional de greve.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas questões permaneceram sem repostas em função do recorte feito neste estudo: quanto do real um discurso tem condições de captar? O que está por detrás do interesse da mídia em direcionar suas “lentes”, suas objetivas, seus holofotes para apenas uma das partes envolvidas no movimento? Será que a ausência da pauta de reivindicações dos professores universitários federais nas reportagens sinaliza uma postura política do jornal?, ou será que o discurso do jornal não foi meramente um reflexo (da falta) de importância dada pelo Governo ao movimento?

Nas reportagens analisadas é perceptível o posicionamento do jornal em não se mostrar indiferente a existência da greve, especialmente considerando as datas das reportagens. No entanto, a evidência que foi conferida ao movimento permite questionar o grau de importância que esta mídia se prestou a dar. Foram exatas 21 ocorrências em 4 meses de greve, tempo em que foram feitas mais de 120 edições, já que o jornal adotado para análise possui circulação não apenas nacional como tem diariamente uma edição. Outro aspecto marcante do discurso é que o jornal se inclinou abertamente para um dos interessados. Difícil acreditar que ocorra uma imparcialidade ao se narrar os fatos no momento em que predominantemente a base governista recebeu atenção na maior parte dos insuficientes 21 registros.

Ao trabalhar o discurso nos termos da interação social, este artigo se propôs a analisar o discurso (jornalístico) como sendo constitutivamente dialógico, não necessariamente polifônico, em que os sujeitos envolvidos lutam constantemente pela hegemonia. Desse modo, os significados que circundam o espaço de luta hegemônica são indefinidos, sendo somente na prática articulatória o momento em que os sentidos passam a ser negociados. Muito embora tenha sido constatado que a falta de relação entre os dois discursos (Governo x

professores universitários federais) é expressa de tal maneira que não se pode evidenciar o espaço de articulação dos sentidos em torno da identidade de um grupo que luta por melhores salários e condições de trabalho.

Neste sentido, as reportagens analisadas mostraram o posicionamento parcial do jornal em questão em relação a greve dos professores universitários federais, privilegiando o discurso para apenas uma das partes envolvidas no movimento, no caso, o Governo. Ao enfatizar prioritariamente os transtornos causados pela greve, o jornal Folha de São Paulo fixou outros valores ao movimento e produziu um efeito negativo sobre a greve no imaginário da sociedade. Assim, compreende-se que o discurso do jornal analisado tenta dar hegemonia a posições contrárias ao movimento, indo ao embate do que ideologicamente é defendido pelos grevistas.

Por fim, é oportuno destacar que em razão do o método escolhido para a investigação (estudo de caso), não é possível ampliar a análise do discurso (im)parcial para a mídia impressa de uma maneira geral. Nesse sentido, sugere-se como pesquisa futura, que seja feita uma investigação comparativa multicasos a partir das vozes atuantes nos grupos que atualmente concentram o controle dos principais veículos de comunicação do país, enfatizando, conforme destacam Cademartori e Menezes Neto (2013), a relação entre a existência da concentração dos meios de comunicação de massas no Brasil e a falta de pluralidade de opiniões sobre os fatos.

Referências

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 15, nov. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-4478200000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15/08/2012.

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. 2012. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/andes/portal.andes>>. Acesso em: 25/11/2012.

_____. **Greve nas Federais**. 2015. Disponível em: <<https://grevenasfederais.andes.org.br/>>. Acesso em: 15/05/2016.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

BARCELLOS, Rebeca de Moraes Ribeiro; DELLAGNELO, Eloise Helena do Livramento. A Teoria Política do Discurso como abordagem para o estudo das organizações de resistência: reflexões sobre o caso do Circuito Fora do Eixo. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 405-424, 2014.

BARROS, Diana Luz Pessoa. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1997.

BITTENCOURT, Denise Martins. **O discurso político gaúcho no congresso nacional: uma análise da bancada federal gaúcha na 50ª legislatura (1995-1999)**. 2005. Tese (Doutorado) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A greve e a acção política. In: **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997.

BRASIL. **Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei no 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nos 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei no 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm>. Acesso em: 15/05/2016.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk; MENEZES NETO, Elias Jacob. Poder, Meios de Comunicação de Massas e Esfera Pública na Democracia Constitucional. **Seqüência** (Florianópolis), n. 66, p. 187-212, jul. 2013.

COELHO, Kellen Silva; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Uma análise paradigmática das teorias dos movimentos sociais utilizadas nos estudos em Administração. **Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 1, p. 59-76, 2013.

CRUZ, Valdo; FOREQUE, Flávia. Governo decide pressionar reitores a retomar aulas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, sexta-feira, 27 de julho de 2012, Cotidiano.

DIAS, Everardo. **História das lutas sócias no Brasil**. São Paulo: Edaglit, 1962.

FERNANDES, Osiris Luís da Cunha et al. Um negócio da China: o discurso do guānxì nas articulações no âmbito organizacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, n. 2, p. 252-269, 2014.

FILIPPI, Ângela; SCHUSTER, Patrícia Regina. O discurso sobre as greves na imprensa

regional: vozes em disputa pelo poder da significação. **Estudos em Comunicação**, n.10, p.105-122, dez. 2011.

FIRAT, Fuat; TADAJEWSKI, Mark. Critical marketing: marketing in a critical condition. In: MACLARAN, Pauline et al. **The Sage handbook of marketing theory**. London: Sage, 2010.

FOLHA ONLINE. **História da Folha**. 2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em: 13/08/2012.

FOREQUE, Flávia. Para ministério, professores em greve querem “confronto”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, sábado, 01 de setembro de 2012, Cotidiano.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário**: 1964-1984. v.1. São Paulo: Novos Rumos, 1987.

_____. **A esquerda e o movimento operário**: 1964-1984. v.2. São Paulo: Nossa Terra, 1990.

FREITAS, Antônio Francisco. **Análise do discurso jornalístico**: um estudo de caso. Universidade Federal de Alagoas. Maceió. Maio de 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/freitas-antonio-dicurso-jornalístico.pdf>>. Acesso em: 12/09/2012.

GAIÃO, Brunno Fernandes da Silva; LEÃO, André Luiz Maranhão de Souza; MELLO, Sérgio Carvalho Benício. A teoria do discurso do carnaval multicultural do Recife: uma análise da festa carnavalesca de Recife à luz da Teoria de Laclau E Mouffe. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 6, p. 149-171, 2014.

GERBER, Eliane. **Sindicalismo no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT02052011192523.pdf>>. Acesso em: 13/08/2012.

GIORDANI, Rosselane. **Hegemonia e discurso**: o sujeito que resiste. 5.ed. Cascavel, PR: Edunioeste, 2009.

GODOI, Christiane Kleinübing. Perspectivas de análise do discurso nos estudos organizacionais. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOMES, Aureo de Toledo. Análise do Discurso e Relações Internacionais: duas abordagens. **Revista Política Hoje**, v.20., n.2., 2011.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Polifonia e transmissão do discurso alheio no gênero reportagem. In: **Estudos Linguísticos XXXIV**, Campinas/SP, v.1, 2005.

HELSLOOT, Niels; HAK, Tony. **Pêcheux's Contribution to Discourse Analysis**. Forum Qualitative Social Research, 2007.

HOWARTH, David. **Discourse**. London: Open University Press, 2000.

_____. Hegemony, political subjectivity and radical democracy. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. **Laclau: a critical reader**. New York: Routledge, 2004.

INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO. <http://www.ivcbrasil.org.br/>. 2012. Acesso em: 13/08/2012.

JARDIM PINTO, Céli Regina. Notas a propósito de Ernesto Laclau. **Revista de Ciências Sociais**, Montevideu, v.15, p.36-48, 1999.

LACERDA, Patrícia Monteiro. **De perto, ninguém é anormal**: a construção discursiva de identidades, em narrativas de trajetórias escolares longas, de “pessoas com deficiência”. 2006. Tese (Doutorado) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy**. London: Verso, 1985.

MACHADO, Márcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **InTexto**, n.14, jan./jun., 2006.

MAIA, Angélica. Explorações metodológicas da Teoria do Discurso na análise de políticas curriculares. In: **34 Reunião Anual da ANPED**, 2011, Natal. Anais da 34 Reunião Anual da ANPED: Educação e Justiça Social, 2011.

MARECO, Raquel Tiemi Masuda; PASSETTI, Maria Célia Cortez. Greve dos professores do estado de São Paulo: efeitos de (im)parcialidade em manchetes de dois jornais paulistas. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v.2, n.3, ago/dez 2010.

MATTOS, Marcelo-Badaró. Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 4, n. 10, 2013.

MENDONÇA, Daniel. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.1., Brasília, janeiro-junho de 2009, p.153-169.

MIRANDA, Thiago. **Conheça a história do direito de greve no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/administracao-publica/150831-conheca-a-historia-do-direito-de-greve-no-brasil.html>>. Acesso em: 13/08/2012.

MORENO, Ana Carolina. **Após racha entre sindicatos, greve segue na maioria das universidades**. 03/08/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/08/apos-racha-entre-sindicatos-greve-segue-na-maioria-das-universidades.html>>. Acesso em: 25/11/2012.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. v.2. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Luciano. Uma brevíssima história da greve. In: **Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <<http://www.gramsci.org>>. Acesso em: 13/08/2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica a formação do óbvio. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1995.

PELINSON, Fabiana. Análise dos índices de polifonia em textos jornalísticos da Carta Capital. In: **XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**, Chapecó/SC, 2012.

RODRIGUES, Leôncio. **CUT**: militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SMABC. SINDICATO dos Metalúrgicos do ABC. **Arquivo SMABC**. 2012a. Disponível em: <<http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#CRONOLOGIA>>. Acesso em: 14/08/2012.

_____. **Cronologia**. 2012a. Disponível em: <<http://www.smabc.org.br>>. Acesso em: 14/08/2012.

TORFING, Jacob. **New Theories of Discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1999.

TORRES, Marco Antonio. **Os significados da homossexualidade no discurso da Igreja Católica Romana pós Concílio Vaticano II**: padres homossexuais, tolerância e formação hegemônica católica. 2005. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TRIBUNA METALÚRGICA. **Imprensa Sindical**. n.1500 de 21/04/1989.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1996.

¹ Doutora, Mestre e Bacharel em Administração (UFPE, 2015, 2004, 2001). Atualmente é professora Adjunta I do colegiado de Administração da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e Pesquisadora de projeto apoiado pelo CNPq cujo tema refere-se ao desenvolvimento de competências docentes para EAD. Associada ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância). Avaliadora de periódicos e eventos nacionais e avaliadora ad hoc de projetos submetidos à FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco). Temas de interesses em pesquisa: Ensino e Pesquisa (competências profissionais e docentes; educação a distância; incorporação das TICs ao processo ensino-aprendizagem) e Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (Prazer e sofrimento no trabalho, alienação no trabalho, QVT). E-mail: fernanda.roda@univasf.edu.br

² Professor Adjunto I e membro do Colegiado de Eng^a de Produção da Univasf. Doutor em Administração (PROPAD/UFPE 2015); Mestre em Economia com ênfase em Comércio Exterior e Relações Internacionais (PIMES/UFPE 2006); MBA em Finanças Corporativas (MBA-DA/UFPE 2004) e Eng^o Civil (POLI/UPE, 2001). E-mail: nildo.cassunde@univasf.edu.br